

Relatório inpEV
2006

INTRODUÇÃO



Criado em 2002, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) é uma entidade sem fins lucrativos que realiza, no Brasil, o gerenciamento da destinação final de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Seu principal objetivo consiste no cumprimento da Lei nº 9.974/00, que determina o compartilhamento da responsabilidade pela disposição final das embalagens, por parte de agricultores, dos revendedores, das cooperativas agrícolas, dos fabricantes e do poder público.

Como representante da indústria fabricante de produtos fitossanitários, desde 2002, o inpEV publica um relatório anual para apresentar suas ações, divulgar a evolução dos dados do sistema e, principalmente, articular os envolvidos na cadeia agrícola. O Relatório Anual inpEV 2006 apresenta um panorama das atividades do instituto, abrangendo, em alguns aspectos, as unidades de recebimento de embalagens vazias de produtos fitossanitários e demais parceiros, em todo o Brasil.

A atual edição aprofunda as informações sobre a governança do inpEV e seu relacionamento com os outros elos do sistema, e apresenta dados de desempenho em séries que abrangem os três anos anteriores. Outro importante avanço é o preenchimento do Balanço Ibase – modelo de relatório socioambiental proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), instituição sem fins lucrativos cuja missão consiste em construir a democracia, combatendo as desigualdades e estimulando a participação cidadã.

Devido à natureza de sua atividade, o relacionamento com os públicos estratégicos (*stakeholders*) constitui parte da estratégia do instituto. A presente publicação alinha-se a essa estratégia, visando prestar contas de sua atuação e estabelecer um canal de diálogo com os *stakeholders*.

Sugestões, opiniões e críticas podem ser enviadas para inpev@inpev.org.br, com a certeza de que serão recebidas como um incentivo para promover a melhoria contínua das operações do instituto.

SUMÁRIO

8	Mensagem do presidente
10	Destaques
12	Perfil
18	Governança corporativa
29	Gestão da destinação final
51	Resultados operacionais
61	Desempenho ambiental
64	Relacionamento com os públicos estratégicos
90	Participação em eventos
98	Metas e desafios
103	Balanço Social Ibase
108	Demonstrações financeiras

Mensagem do presidente

Destaques

Perfil

Governança corporativa

João Cesar Rando, Diretor-presidente do inpEV



“Ser referência mundial como centro de excelência na recuperação e destinação final de embalagens vazias de fitossanitários, preservação do meio ambiente e da saúde humana.”

Essa é a Visão do inpEV. Com imenso orgulho, podemos analisá-la e nos dar conta de que a estamos cumprindo. Afinal, o Brasil é, hoje, o país que recolhe o maior volume de recipientes vazios de produtos fitossanitários em todo o mundo. Essa posição de liderança só foi possível graças à participação ativa de todos os parceiros envolvidos: agricultores, sistema de comercialização, indústria fabricante e Poder Público.

Para se ter uma idéia da dimensão dessa conquista, basta analisar os resultados obtidos pelo sistema de destinação final de embalagens vazias, em 2006: 23,7 mil toneladas de embalagens retiradas do campo para as unidades de recebimento e 19,6 mil toneladas destinadas de modo ambientalmente adequado das unidades para a reciclagem ou incineração. Isso indica que aproximadamente 80% das embalagens colocadas no campo têm destinação adequada.

Mais que isso, o Brasil apresenta o menor custo por quilo coletado – um dado expressivo, já que se trata de um país com características que dificultam as operações, como o transporte centrado em rodovias e dependente do custo do petróleo, além de uma logística complexa por causa das distâncias e diferenças regionais.

Com 365 unidades de recebimento, podemos dizer que o sistema está consolidado. Pesquisas recentes mostram que mais de 85% dos agricultores entrevistados conhecem a lei e que 94% devolvem as embalagens vazias, resultados estes que, entre outras coisas, podem ser atribuídos às ações educativas e aos programas de conscientização do consumidor final.

Para 2007, espera-se aumentar a eficiência do sistema com a inauguração da recicladora de Taubaté (SP), que absorverá o atual excedente de embalagens e estabelecerá mais uma alternativa para a destinação final do COEX (Coextrusão) – material que requer alta tecnologia nos processos de reciclagem. A unidade fabril cumprirá o papel de referência para o desenvolvimento de novas aplicações tecnológicas para as embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Neste próximo ano, também reforçaremos a atenção dada por nós à legislação ambiental. No momento, estão em discussão políticas públicas que determinam a responsabilidade pós-consumo de vários produtos. É fundamental que estas políticas estejam alinhadas com a lei específica da área de defensivos agrícolas e com seu decreto regulamentar, para que o programa já consolidado continue funcionando em sua plenitude.

Acima de tudo, temos de ter em mente que, apesar de satisfeitos por atingir excelentes níveis de retorno, temos que continuar buscando melhorias.

Reduzir os custos operacionais do sistema – ainda deficitário – constitui outro desafio. Nossa colaboração para tornar o sistema auto-sustentável, além do investimento na recicladora, envolve nossa participação em discussões com o poder público sobre sua desoneração tributária.

Uma vez mais os resultados expressivos obtidos refletem um esforço alinhado de todos os envolvidos no sistema, unidos para contribuir para a preservação do meio ambiente e para a produção agrícola sustentável. Com esse espírito de comprometimento, acreditamos que será possível vencer os desafios colocados para os próximos anos.



Principais indicadores

Embalagens retiradas do campo: 23,7 mil toneladas

Embalagens com destinação adequada: 19,6 mil toneladas

Associados: 65* empresas e 7 entidades

Número de funcionários: 28

Unidades de recebimento: 365

Número de Estados com unidades de recebimento: 23

*Dezembro 2006

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO REALIZADO DO INPEV (M R\$)

2004

31.428

2005

34.929

2006

34.007

ano

quilo

2003

7.855.007

2004

13.933.111

2005

17.881.162

2006

19.633.849

Evolução da destinação
de embalagens



Missão

O inpEV é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada a gerir o processo de destinação de embalagens vazias de fitossanitários no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, bem como de promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana, além de apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de fitossanitários.

Visão

Ser referência mundial como centro de excelência na recuperação e destinação final de embalagens vazias de fitossanitários, preservação do meio ambiente e da saúde humana.



Criado em 2002, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) é uma entidade sem fins lucrativos que realiza o gerenciamento da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, no Brasil. Seu principal objetivo consiste no cumprimento da Lei nº 7.802/89 (com as alterações da Lei nº 9.974/00 e regulamentada pelo Decreto nº 4.074/02), que determina a responsabilidade compartilhada entre todos os elos do sistema – agricultores, revendedores, cooperativas agrícolas, fabricantes e poder público – pela disposição final das embalagens vazias.

Criado e mantido pela indústria fabricante de defensivos agrícolas, o instituto atua na condução do processo de destinação final das embalagens, articulando os elos da cadeia produtiva para assegurar sua máxima eficiência. Suas atividades abrangem a gestão da destinação final (reciclagem e incineração), o transporte das embalagens das unidades de recebimento até o destino final, o fomento à criação e gestão das unidades de recebimento de embalagens, a coordenação de campanhas de educação e a integração do sistema.

Promovem-se ações de educação, comunicação, informação, além de programas de conscientização, que contribuem para que cada responsável cumpra seu respectivo papel, gerando benefícios ao meio ambiente e à saúde pública. Além disso, o instituto organiza e estimula canais de comunicação constantes entre os atores envolvidos.

Com sede na cidade de São Paulo, o inpEV atua em âmbito nacional, por meio de nove coordenadores regionais de operação (CRO's) que têm a função de integrar, em suas regiões, todos os agentes que compartilham a responsabilidade pós-consumo, ou seja, todo o sistema de destinação final. Os coordenadores implementam as ações planejadas e coordenam as unidades de recebimento, em parceria com os distribuidores e as cooperativas agrícolas.

As regiões estão distribuídas da seguinte maneira:

- ✎ Amapá, Ceará, Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins;
- ✎ Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- ✎ Paraná;
- ✎ Acre e Mato Grosso do Sul;
- ✎ Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro;
- ✎ São Paulo;
- ✎ Mato Grosso e Rondônia;
- ✎ Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte;
- ✎ Goiás.

Atualmente, o instituto possui 28 funcionários (colaboradores da sede em São Paulo e CROs), sete colaboradores terceirizados e 65 empresas – que equivalem a 99% dos fabricantes, registrantes ou importadores de defensivos agrícolas – e sete entidades associadas, dentre as entidades de classe que são representativas da indústria fabricante, dos canais de distribuição e dos agricultores.

Para se tornar um associado do inpEV, a empresa solicitante precisa ser fabricante, registrante ou importadora de agrotóxicos e afins, ou seja, produtos registrados nos termos da Lei Federal nº 7.802/89. Após esta confirmação, a empresa poderá solicitar associação junto ao instituto.

A contribuição anual dos associados é definida por meio de rateio, que considera o perfil e o volume das embalagens colocadas no mercado e o custo da sua destinação final.

Com essa estrutura, entre 2002 e 2006, foram processadas mais de 63 mil toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Em 2006, de 23,7 mil toneladas devolvidas nas 365 unidades de recebimento, 19,6 mil toneladas receberam destinação final adequada, mais de 17 mil toneladas foram recicladas e cerca de 2 mil toneladas se destinaram à incineração.

Esses bons resultados garantiram ao inpEV, em 2006, o Prêmio Top de Agronegócios, promovido pelo Instituto de Estudos e Pesquisa de Qualidade (IEPQ) e concedido a entidades e empresas por seus trabalhos, que contribuem para o incremento do setor agrícola no Brasil.





LINHA DO TEMPO

1992

PARCERIA ENTRE ANDEF (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL), SECRETARIA DA AGRICULTURA DE SÃO PAULO, AEASP (ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO ESTADO DE SÃO PAULO) E COPLANA (COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DA ZONA DE GUARIBA). OBJETIVO: ENTENDER O FLUXO DAS EMBALAGENS VAZIAS E IMPLANTAR A PRIMEIRA UNIDADE DE RECEBIMENTO.



CONVÊNIO COM DINOPLAST DE LOUVEIRA (SP) QUE PERMITIU A RECICLAGEM DAS PRIMEIRAS EMBALAGENS DO SISTEMA PILOTO DE GUARIBA.

ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) CRIA NORMA SOBRE A TRÍPLICE LAVAGEM.



1996

A AENDA PASSA A CONTRIBUIR COM RECURSOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE DESTINAÇÃO FINAL DAS EMBALAGENS VAZIAS.



1994

INÍCIO DA ATIVIDADE DA UNIDADE PILOTO DE GUARIBA (1ª DO BRASIL). FOI A PRIMEIRA CENTRAL DE RECEBIMENTO A FUNCIONAR NO BRASIL, RESULTADO DA PARCERIA ENTRE A ANDEF (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL), SECRETARIA DA AGRICULTURA DE SÃO PAULO, AEASP (ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO ESTADO DE SÃO PAULO) E COPLANA (COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DA ZONA DE GUARIBA). A CONVITE DA ANDEF, A AENDA (ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS NACIONAIS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS) PASSA A FAZER PARTE DO PROJETO PILOTO DE RECEBIMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS.



2000

PROMULGADA A LEI FEDERAL 9.974, QUE DETERMINA AS RESPONSABILIDADES SOBRE A DESTINAÇÃO DAS EMBALAGENS VAZIAS.



2001

FUNDAÇÃO DO INPEV
(14 DE DEZEMBRO).

2002

EM MARÇO O INSTITUTO
COMEÇA A OPERAR.

2004

CERCA DE 300 UNIDADES DE
RECEBIMENTO.
DESTINAÇÃO DE 13,9 MIL TONELADAS
DE EMBALAGENS VAZIAS.
PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO RELATÓRIO
ANUAL DO INSTITUTO.

2005

RETIRADA DE 43 MIL TONELADAS DE
EMBALAGENS, EM QUATRO ANOS.
1ª COMEMORAÇÃO DO DIA NACIONAL
DO CAMPO LIMPO.
PROGRAMA BRASILEIRO CONSOLIDA-SE
COMO REFERÊNCIA MUNDIAL.

2006

23,7 MIL TONELADAS DE EMBALAGENS
RETIRADAS DO CAMPO.
2ª COMEMORAÇÃO DO DIA NACIONAL
DO CAMPO LIMPO.
365 UNIDADES DE RECEBIMENTO.





Alinhada aos critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a gestão do inpEV baseia-se nos mais elevados critérios de ética e transparência. O tratamento igualitário entre os associados, a divulgação do orçamento, a auditoria das demonstrações financeiras e a geração de benefícios a todos os públicos envolvidos ou interessados nas atividades do instituto formam as premissas do seu modelo de governança.

O inpEV compõe-se de sócios-contribuintes (empresas associadas) e sócios-colaboradores (entidades associadas, como associações e sindicatos), que deliberam em Assembléia. O sócio-contribuinte tem direito a voto, pode participar de cargos eletivos e de assembleias gerais. Já o sócio-colaborador pode participar de assembleias e do Conselho Diretor como membro consultivo.

A estrutura de governança conta com um Conselho Diretor, um Conselho Fiscal e um diretor-presidente. O Conselho Diretor possui 13 membros: cinco representantes dos sócios-contribuintes, eleitos em assembleia; um representante de cada sócio-colaborador; e o diretor-presidente do instituto. Os cinco têm mandato de 2 anos – nos anos pares, renovam-se três membros, e nos anos ímpares, dois membros.

Cabe ao Conselho Diretor:

- ✎ Definir as diretrizes para o cumprimento da Missão do instituto e de seus objetivos sociais;
- ✎ Garantir o cumprimento da lei;
- ✎ Proteger o patrimônio;
- ✎ Zelar pela correta aplicação dos recursos;
- ✎ Promover a sinergia entre os elos da cadeia produtiva agrícola;
- ✎ Aprovar os acordos e convênios firmados pela presidência do instituto;
- ✎ Indicar o diretor-presidente do instituto.

Responsável pela gestão estratégica do inpEV, este conselho reuniu-se 12 vezes, em 2006.

O Conselho Diretor nomeia um diretor-presidente, não vinculado a qualquer sócio, responsável pelas funções administrativas do instituto. Ele representa a Diretoria Executiva do inpEV.

O diretor-presidente possui, entre outras atribuições, a de cumprir e fazer cumprir as deliberações estatutárias, bem como as deliberações e diretrizes da Assembléia Geral e do Conselho Diretor, manter a conduta ética e legal do inpEV, administrar a entidade e propor ao Conselho Diretor as medidas de caráter administrativo, financeiro e econômico necessárias à consecução de suas finalidades.

As demonstrações financeiras do inpEV passam por auditorias externas anuais. Em 2006 foi contratada para este fim a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.





Conselho diretor – Gestão 2006*

Membros do Conselho Diretor – Empresas associadas

BASF S/A

Roberto Melo de Araújo – Presidente do Conselho Diretor
Antônio Azenha – Suplente

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL S/A

Welles Pascoal – Vice-Presidente do Conselho Diretor
Rogério Silva – Suplente

AGRIPEC – QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A

Carlos Resende – Titular
Ademar Lima – Suplente

MONSANTO DO BRASIL LTDA.

Luiz Abramides do Val – Titular
Lineu Rodrigues – Suplente

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA.

Laércio Giampani – Titular
Guilherme Landgraf – Suplente

Membros do Conselho Diretor – Entidades associadas

ABAG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROBUSINESS

Cristiano Walter Simon – Titular
Luiz Pinazza – Suplente

AENDA – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS NACIONAIS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Tulio Teixeira de Oliveira – Titular e Suplente

ANDEF – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL

Peter Ahlgrimm – Titular
Cristiano Walter Simon – Suplente

ANDAV – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS

Sebastião Donizete Gonçalves – Titular
Henrique Mazotini – Suplente

CNA – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA

João Bosco Umbelino dos Santos – Titular
Daniel Kluppel Carrara – Suplente

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

Jair Marcondes de Souza – Titular
Luiz Roberto Baggio – Suplente

SINDAG – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA AGRÍCOLA

Amaury Paschoal Sartori – Titular
José Roberto da Ros – Suplente

* Até dezembro de 2006.



O Conselho Fiscal, por sua vez, compõe-se de três membros, eleitos em Assembléia Geral pelas empresas associadas contribuintes. Com mandato de dois anos, este conselho possui como principais atribuições a emissão de pareceres, quando solicitado pela Assembléia Geral, sobre assuntos financeiros. Também acompanha o trabalho dos auditores independentes contratados pela Diretoria Executiva, além de acompanhar e fiscalizar a movimentação das contas correntes do instituto. Por fim, emite seu parecer sobre o relatório da auditoria, independente ao Conselho Diretor. Representantes de empresas e entidades associadas podem participar das reuniões do Conselho Fiscal, quando convidados por seus membros. Em 2006 o Conselho Fiscal se reuniu uma vez.

Conselho Fiscal – Gestão 2006

DU PONT DO BRASIL S/A

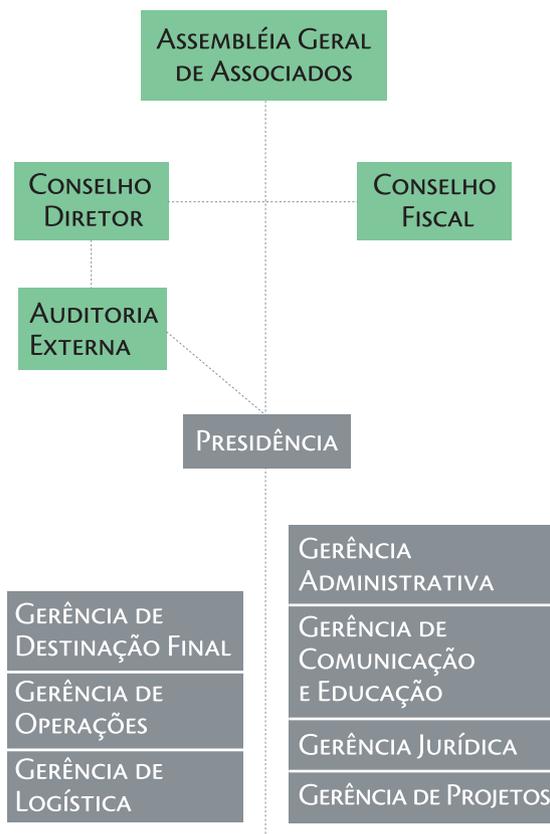
Mario Gurian

NORTOX S/A

Humberto Amaral

BAYER CROPSCIENCE LTDA.

Peter Ahlgrimm



Como representante da OCB, acho importante participar da troca de experiências. As decisões do instituto são tomadas de forma compartilhada entre os elos da cadeia, e não focadas em função da embalagem. Desse modo, o inpEV age como condutor da integração que viabiliza a efetividade do sistema.

Jair Marcondes de Souza, Gerente de Segurança Ambiental da Coopercitrus (Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores do Estado de São Paulo) e Representante da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) no conselho diretor do inpEV

Conselho das centrais

Em atuação desde 2004, o Conselho Nacional de Centrais, formado por representantes de nove regiões do país, se reuniu 2 vezes em 2006 na cidade de São Paulo. Também em funcionamento desde 2004, o Conselho Regional de Centrais realizou 3 reuniões ao longo do ano de 2006, com a participação de representantes das unidades de recebimento de cada região. O Conselho Nacional de Centrais define diretrizes de atuação para as centrais de recebimento de embalagens de todo o Brasil, além de deliberar sobre os processos operacionais com a finalidade de identificar pontos de melhoria no sistema. As reuniões regionais aprimoram o relacionamento e propiciam a troca de experiências entre as unidades ao colocar em discussão assuntos operacionais, como melhorias que podem ser implantadas de acordo com as particularidades de cada região. Englobam também assuntos de natureza estratégica, como o relacionamento e o envolvimento de órgãos estaduais de governo no programa.

Representantes do Conselho Nacional de Centrais–Titulares gestão 2006

- * **REGIÃO RS/SC** – Rômulo Bitencourt (Central de Araranguá – SC)
- * **REGIÃO PR** – José Roberto Ferreira (Central de Santa Terezinha de Itaipu)
- * **REGIÃO SP** – Igor Masirevic (Central de Casa Branca)
- * **REGIÃO MG/RJ/ES** – João Pereira (Central de Monte Carmelo)
- * **REGIÃO MT E RO** – Sirléia Sevilha (Central de Campo Verde – MT)
- * **REGIÃO MS** – André Bortoli (Central de São Gabriel do Oeste)
- * **REGIÃO GO** – William Lopes da Silva (Central de Morrinhos)
- * **REGIÃO NE** – Lidomar França (Martins) (Central de Conceição do Jacuípe – BA)
- * **REGIÃO NO** – Inácio Parente (Central de Ubajara – CE)



Fluxo financeiro



As empresas associadas financiam as atividades do inpEV por meio de uma contribuição anual, calculada a partir de uma fórmula de aporte que considera o perfil e o volume de embalagens produzido por cada empresa.

A cada ano, as empresas-contribuintes informam ao instituto o tipo de embalagem comercializado por material, o perfil de venda, a quantidade de embalagens colocada no mercado, o volume de venda direta e o local da venda.

Estas informações são auditadas por uma empresa externa, com a finalidade de avaliar se o processo de fornecimento e consolidação das informações é adequado à elaboração de um orçamento consistente para o instituto.

O orçamento é aprovado anualmente em Assembléia Geral, composta por representantes das empresas e entidades associadas, e é acompanhado mensalmente pelo Conselho Diretor. Além disso, encontra-se disponível no site do instituto para acesso de todos os associados, na área exclusiva, que é atualizada periodicamente.

Também cabe ao inpEV, como responsável legal dos fabricantes – que nos termos da lei são proprietários das embalagens (responsabilidade pós-consumo) – gerir o recurso proveniente da venda das embalagens aos recicladores do sistema.

Desde o início do funcionamento do programa, o instituto definiu que utilizaria este recurso para auxiliar o pagamento das despesas operacionais e de manutenção das centrais de recebimento. Como parte de sua responsabilidade por assegurar o destino final ambientalmente adequado das embalagens, o instituto estabeleceu um fluxo que se inicia com o transporte dos materiais das unidades até o reciclador mais apropriado (tendo como critério o tipo de material, a distância, as licenças ambientais e a capacidade de processamento). O transporte é sempre realizado pela empresa de logística contratada pelo instituto.

Os recicladores, por sua vez, recebem as embalagens e pagam o valor da matéria-prima diretamente aos gestores das centrais de recebimento. Ainda dentro do fluxo definido, cabe ao inpEV negociar periodicamente estes valores, acompanhar o volume e qualidade da matéria-prima recebida pelos recicladores, bem como gerenciar a relação entre os parceiros e o sistema. Também lhe cabe definir e acompanhar os produtos finais fabricados a partir das embalagens de defensivos agrícolas.

Por fim, os recicladores pagam ao sistema a chamada Taxa Tecnológica, recurso gerido pelo instituto, que advém de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento de novas aplicações para a destinação final das embalagens vazias. A taxa tecnológica também é aplicada em melhorias para o programa.

ORIGEM DOS RECURSOS (M R\$)	2004	2005	2006
ORÇAMENTO (APORTE DOS ASSOCIADOS)	31.428	34.929	34.007
TAXA TECNOLÓGICA	1.012	4.856	3.973

FONTE: INPEV

Acompanhamento do orçamento

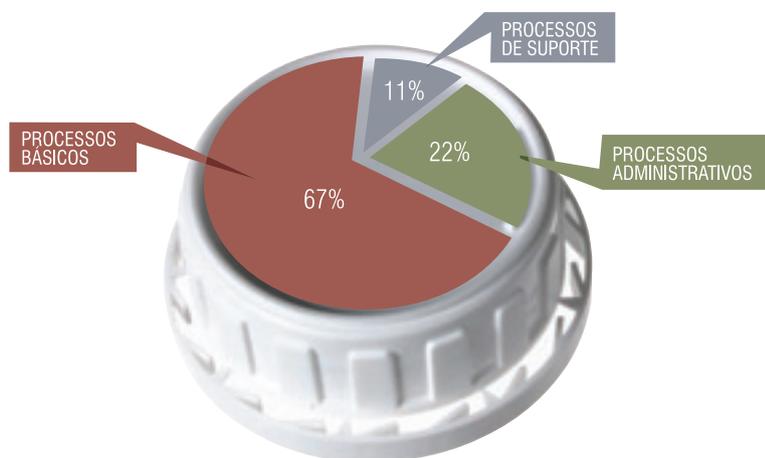
Apresentado todo mês para o Conselho Diretor, o consumo do orçamento e a gestão bimestral de caixa são ferramentas que possibilitam o acompanhamento do aporte realizado pelas empresas associadas ao instituto e o emprego dos recursos. O conceito da gestão bimestral dos recursos consiste em não ter disponível em caixa mais do que dois meses de orçamento futuro. Depois de apresentadas nas reuniões do conselho, ambas informações são inseridas na área exclusiva para associadas do site do instituto.

O orçamento do inpEV é aportado em três tipos de processos: básicos, administrativos e de suporte, que consomem os recursos da seguinte forma:

PROCESSOS BÁSICOS – 67% DO ORÇAMENTO (*Operações – unidades de recebimento –, Logística e Destinação Final*): englobam toda a gestão do processo de destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários no Brasil;

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS – 22% DO ORÇAMENTO (*Infra-estrutura Física –escritório etc. –, Áreas Financeira e Contábil, Recursos Humanos e Tecnologia de Informação*): envolvem o gerenciamento dos recursos humanos, financeiros e da tecnologia de informação.

PROCESSOS DE SUPORTE – 11% DO ORÇAMENTO (*Jurídico, Educação e Comunicação e Desenvolvimento Tecnológico*): compreendem as atividades de apoio e orientação aos agentes envolvidos no sistema no que diz respeito ao cumprimento de suas responsabilidades legais e à promoção da educação e consciência de proteção ao meio ambiente. Tais processos têm como tônica também a saúde humana e o apoio ao desenvolvimento tecnológico de embalagens de produtos fitossanitários;



ORÇAMENTO REALIZADO 2006 VALORES EM MIL REAIS

Processos administrativos	7.636
Processos de suporte	3.651
Processos básicos	22.720
TOTAL	34.007

FONTE: INPEV

Gestão bimestral de caixa



A gestão bimestral do caixa é um compromisso firmado pelo inpEV com seus associados que pressupõe a não solicitação de aportes financeiros superiores às despesas orçamentárias previstas para o período de dois meses. Com esta política o caixa do inpEV nunca será maior do que o necessário para dois meses de gastos.

Em 2006, a média de utilização do orçamento ficou em 0,86 de um bimestre, ou seja, foi consumido 86% do recurso bimestral que estava em caixa.



FONTE: INPEV

Investimentos

 Dentre os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, melhoria de produtividade, educação e treinamento, realizados em 2006, programas de educação e treinamento para a comunidade representaram 82% do total.

	2004	2005	2006
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	550	280	433
MELHORIA DA PRODUTIVIDADE	384	710	148
EDUCAÇÃO/TREINAMENTO PROGRAMAS PARA A COMUNIDADE	3.436	2.534	2.681
TOTAL (M R\$)	4.370	3.524	3.262

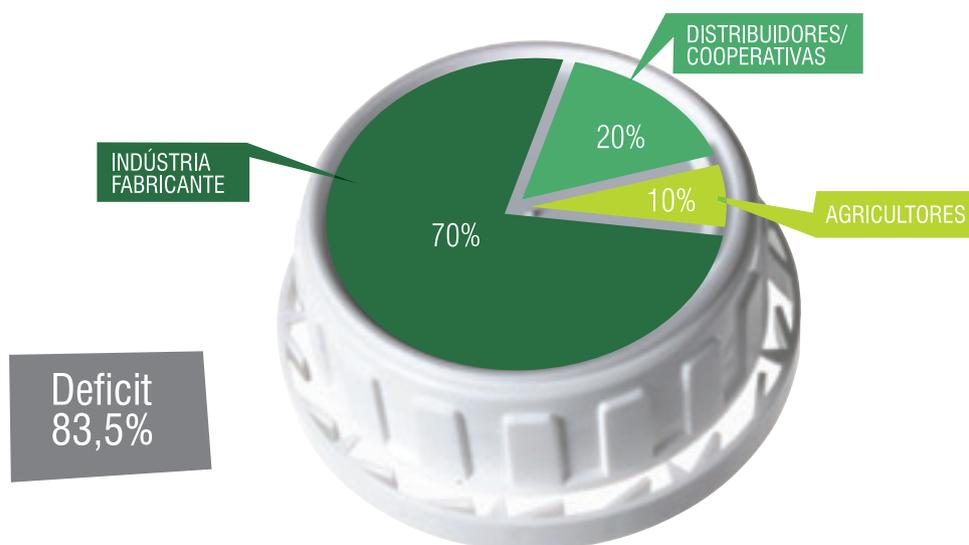


Recursos que financiam o programa



O total de recursos aportados no sistema é proveniente da indústria fabricante de defensivos agrícolas (70%), do sistema de comercialização – os distribuidores e as cooperativas agrícolas (20%) – e dos agricultores (10%).

215M R\$ INVESTIDOS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS



* A contribuição dos agricultores não se faz por meio de aporte de dinheiro diretamente no sistema, mas sim pela responsabilidade individual relativa à despesa com a lavagem adequada, estocagem e devolução da embalagem vazia na unidade de recebimento, que corresponde a 10% do custo total do sistema de destinação de embalagens vazias.

O agricultor tem o custo de retornar as embalagens até a unidade ou ponto de devolução indicado na nota fiscal de venda; o comerciante (revendedores e cooperativas agrícolas), por sua vez, tem o custo de construção e administração das unidades de recebimento, os quais são compartilhados com as empresas fabricantes. Por seu turno, as empresas fabricantes têm os custos de logística e destinação final. O custo do desenvolvimento de campanhas educativas voltadas aos agricultores é partilhado entre indústria, revendedores, cooperativas agrícolas e poder público.

O programa é inteiramente financiado por agricultores, sistema de comercialização e indústria fabricante. A receita proveniente da venda das embalagens aos recicladores do sistema é integralmente reaplicada no programa, porém somente cobre 16,5% dos custos, o que explica o déficit de 83,5%*.

Modelo de gestão 2006



O modelo de gestão implantado no inpEV fundamenta-se em três pilares: Projeto Empresarial, Painel de Bordo e Avaliação Gerencial Mensal (AGM).

O projeto empresarial tem foco nos objetivos estratégicos do instituto (projetados em um horizonte de três anos), nas metas e no plano de ação detalhado. Cada área do instituto desenvolve o seu projeto empresarial, com a definição de onde se planeja chegar (De – Para) para que seja criado um projeto único para o instituto. Essa ferramenta serve de base para o estabelecimento dos indicadores de performance das unidades de recebimento.

O Painel de Bordo inpEV é uma ferramenta gerencial de acompanhamento dos indicadores do instituto, desenvolvida pela Fundação Dom Cabral em 2006. A ferramenta está integrada ao Projeto Empresarial, ou seja, ao plano de ação das áreas que compõem o instituto. O painel serve como referência para medição da performance das atividades desempenhadas, para possibilitar o acompanhamento das metas estabelecidas de forma simples e objetiva. Cada área possui o seu painel de bordo, que é atualizado e apresentado mensalmente durante reunião de avaliação gerencial. O acompanhamento das metas é realizado mensalmente na AGM, de acordo com as cores indicadas no painel: verde (meta realizada), amarelo (ainda na meta, mas próximo do limite inferior), vermelho (abaixo da meta prevista) e azul (meta superada).



RESULTADOS DO PAINEL DE BORDO (2006)

PAINEL DE BORDO – GERAL INPEV

Item de Controle	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Acum	Indicador
1 CONTAMINADAS	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	% DE CONTAMINADAS
2 EMBALAGENS	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	EMBALAGENS DESTINADAS (T)
3 EMBALAGENS RECICLADAS	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	EMBALAGENS RECICLADAS (T)
4 ORÇAMENTO	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	CONSUMO R\$ (REAL X ORÇADO)
5 CUSTO DO SISTEMA INPEV	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	CUSTO TOTAL EM R\$/KG
6 INCINERAÇÃO	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	CUSTO DE INCINERAÇÃO (R\$/KG)
7 ROYALTIES	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	ROYALTIES (R\$)
8 PESO POR TRUCK	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	KG/EQUIV. TRUCK FARDOS PLÁSTICOS (PEAD/COEX)
9 EXPOSIÇÃO NA MÍDIA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	(R\$)
10 CUSTO FIXO	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	CUSTO FIXO EM R\$/KG

● meta realizada ● ainda na meta, mas próximo do limite inferior ● abaixo da meta prevista ● meta superada

A cada três meses os projetos empresariais do instituto e de cada área são revisados durante a AGM (Avaliação Gerencial Mensal).